

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**90001/2026**

**CONTRATANTE (UASG)**

927126 – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás

**OBJETO**

Contratação de serviços contínuos para contratação de 01 (um) Link Dedicado de, no mínimo, 100 Mbps e 01 (uma) conexão Internet Fibra Óptica de, no mínimo, 600 Mbps, por meio de duas operadoras de telecomunicações distintas, visando redundância e alta disponibilidade

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 18.950,69**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 29/06/2026 às **09h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**

aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**SIM**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
**NÃO**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	16
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	18
10. DOS RECURSOS .....	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**  
**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo nº 00156.000299/2026-76**

Torna-se público que o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS - CAU/GO autarquia federal de fiscalização profissional, sediado na Av. Engenheiro Eurico Viana, nº 25, 3º andar, Ed. Concept Office, Vila Maria José, Goiânia/GO, CEP 74.815-465, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das demais normas e legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos para contratação de 01 (um) Link Dedicado de, no mínimo, 100 Mbps e 01 (uma) conexão Internet Fibra Óptica de, no mínimo, 600 Mbps, por meio de duas operadoras de telecomunicações distintas, visando redundância e alta disponibilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, contudo deve-se atentar para as regras abaixo, considerando que **os serviços devem ser prestados por operadoras de telecomunicações distintas:**

**1.2.1 Caso uma mesma licitante apresente o melhor preço para mais de um item, será adjudicado apenas o item de menor preço ou, em caso de preços idênticos, o item de menor numeração, sendo a licitante desclassificada no outro item.**

**1.2.2** O item remanescente será atribuído à licitante subsequente classificada.

**1.2.3** A participação de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico não configura, por si só, impedimento à participação no certame ou à adjudicação, devendo eventual situação ser analisada caso a caso pela Administração, à luz dos princípios da competitividade, isonomia e vantajosidade. Nos casos em que houver indícios de comprometimento da independência operacional necessária à efetiva redundância dos serviços, especialmente em razão de compartilhamento relevante de infraestrutura crítica, rotas lógicas ou físicas, backbone, pontos de presença (POP), suporte operacional ou outros elementos capazes de comprometer a autonomia entre os links contratados, a Administração poderá realizar diligências para fins de



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

verificação técnica e eventual adoção das medidas cabíveis, observados o contraditório, a motivação e a legislação aplicável.

1.2.4 O certame será declarado fracassado caso não haja vencedores distintos em cada um dos itens.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**2.7.** Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

2.7.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9 pessoas físicas.

**2.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.9.** O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.10.** A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**3.1.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.5.** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

4.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**4.8.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226,



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026  
de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

**4.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 e 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.12.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.13.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.14.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.15.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.16.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.17.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário mensal e total do item;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**5.11.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

**5.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026  
da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.20.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

**6.21.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

- 6.21.1 empresas brasileiras;
- 6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.22.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**6.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sicaf;





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**7.3.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

**7.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

- 7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7.** O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

- 7.7.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

7.7.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

7.7.3. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**7.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.10.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.11.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.12.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que

## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira,



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.12.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

**8.13.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.14.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**8.15.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**8.16.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

**8.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.19.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

**9.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

**9.2.** O adjudicatário terá o prazo de 07 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**9.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 07 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 07 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 07 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**9.4.** Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**9.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**9.6.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, através de solicitação para o e-mail: [licitacao@caugo.gov.br](mailto:licitacao@caugo.gov.br).

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

**11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: comunicação eletrônica a ser enviada para o e-mail [licitacao@caugo.gov.br](mailto:licitacao@caugo.gov.br).

**12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

**12.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

- 13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.caugo.gov.br/editais-e-resultados/>
- 13.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
    - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
  - 13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

Goiânia, data na assinatura.

SIMONE BUIATE  
BRANDAO:0114  
8597107

Assinado de forma digital  
por SIMONE BUIATE  
BRANDAO:01148597107  
Dados: 2026.06.12  
11:27:06 -03'00'

**Simone Buiate Brandão**  
**Presidente**



## Termo de Referência

(Processo Administrativo nº 00156.000299/2026-76)

## TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos para contratação de 01 (um) Link Dedicado de, no mínimo, 100 Mbps e 01 (uma) conexão Internet Fibra Óptica de, no mínimo, 600 Mbps, por meio de duas operadoras de telecomunicações distintas, visando redundância e alta disponibilidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	Link Dedicado de, no mínimo, 100 Mbp, com instalação e fornecimento de equipamento	26484	Mês	12	R\$ 1.227,77	R\$ 14.733,27
2	Internet Fibra Óptica de, no mínimo, 600 Mbps, com instalação e fornecimento de equipamento	26174	Mês	12	R\$ 351,45	R\$ 4.217,42

## Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, mensuráveis e verificáveis, tais como velocidade, disponibilidade, SLA, suporte técnico, requisitos de redundância e demais parâmetros técnicos de execução, conforme justificativa detalhada constante do Estudo Técnico Preliminar.

## Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado por serem destinados a atender a necessidade pública de forma permanente e ininterrupta, garantindo o funcionamento da rede da internet com alta disponibilidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

## Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## Especificações importantes

1.6 Para cada link de internet deve ser fornecido um IP Público e também, em comodato, um modem.

1.7 Com o objetivo de garantir efetiva redundância da infraestrutura de conectividade, não será permitida a adjudicação de ambos os itens a uma mesma empresa. Dessa forma, caso uma licitante seja vencedora do Item 1, ficará automaticamente impedida de ser adjudicatária do Item 2.

1.7.1 A medida visa assegurar diversidade de fornecedores, independência entre as infraestruturas contratadas e maior resiliência da solução, reduzindo riscos de indisponibilidade simultânea decorrentes de falhas técnicas, interrupções de rede ou incidentes relacionados a um único provedor.

1.7.2 A restrição não impede a participação das licitantes em ambos os itens, limitando-se apenas à adjudicação

simultânea, medida necessária para assegurar redundância efetiva da solução.

1.7.3 Demais justificativas encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 14896563000114-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 27/11/2025;
- III) Id do item no PCA: 30;
- IV) Classe/Grupo: 842 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE INTERNET;
- V) Identificador da Futura Contratação: 927126-31/2026;

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) fornecimento de equipamentos em comodato devidamente certificados ou homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, observando requisitos aplicáveis de segurança e eficiência energética;
- b) descarte ambientalmente adequado de resíduos, equipamentos, componentes eletrônicos, cabos, materiais e demais itens eventualmente substituídos ou inutilizados durante a instalação, manutenção ou execução dos serviços;
- c) adoção, quando aplicável, de procedimentos de logística reversa de equipamentos, componentes eletrônicos e materiais utilizados na prestação dos serviços;
- d) implementação de medidas destinadas à redução da geração de resíduos, ao uso racional de recursos, à otimização do consumo de energia elétrica e à minimização dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual;
- e) adoção, sempre que tecnicamente viável, de práticas sustentáveis, com priorização de materiais recicláveis, reutilizáveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental;
- f) adoção de medidas voltadas à prevenção de desperdícios de materiais, energia e demais insumos empregados na execução dos serviços.

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a baixa complexidade operacional da contratação, a natureza comum do objeto e o reduzido risco financeiro envolvido, além de não envolver dedicação exclusiva de mão de obra.

### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é assegurada ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, sendo necessário o agendamento através do e-mail: [geradm@caugo.gov.br](mailto:geradm@caugo.gov.br).

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas

ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 10 dias após a assinatura do contrato.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25, 3º andar, Ed. Concept Office, Vila Maria José, Goiânia/GO, CEP 74.815-465

**5.3.** Os serviços serão prestados no seguinte horário: de forma ininterrupta, considerando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todos os dias de vigência do contrato.

### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.4.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento, instalação, ativação, configuração e manutenção dos equipamentos e infraestrutura necessários à prestação dos serviços.

5.4.1 Cabe a CONTRATADA a disponibilização dos equipamentos em regime de comodato, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA sua manutenção corretiva, substituição e atualização tecnológica;

**5.5.** Compete ao CAU/GO disponibilizar o espaço físico para instalação dos equipamentos (rack) e alimentação elétrica em tensão 220V.

### **Especificação da garantia do serviço**

**5.6.** O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.7.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

**6.6.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

**6.7.** O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

**6.8.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

**6.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

**6.10.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.11.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.12.** Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.13.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou

adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.15.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.17.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

**6.18.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.19.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

**6.20.** Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.



**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### **Recebimento**

**7.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório será considerado como conclusão do objeto ou etapa para fins de permitir o recebimento provisório, o último dia do mês da prestação do serviço, considerando que o serviço é faturado mensalmente.

**7.5.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.6.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**7.7.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**7.8.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.9.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal para fins de faturamento.

**7.10.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**7.11.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.12.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.13.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.14.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.15.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.16.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.17.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.18.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.19.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

**7.20.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.21.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**7.22.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.23.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.24.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.25.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.25.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.26.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.27.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.28.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.29.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

**7.30.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.31.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

**7.32.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**7.33.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.34.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.35.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Reajuste**

**7.36.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/05/2026.

**7.37.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de Serviços de Telecomunicações – IST**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.38.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.39.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.40.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.41.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.42.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.43.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, adotando o modo de disputa ABERTO.

### **Regime de Execução**

**9.2.** O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**, considerando que os serviços possuem escopo previamente definido, quantitativos determinados e remuneração mensal fixa, sem variação relevante de quantitativos durante a execução contratual.

### **Exigências de habilitação**

**9.3.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**9.4.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.5.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.6.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.7.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.9.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.10.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.11.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.12.** Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.16.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.17.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.18.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.19.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade



em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.21.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**9.22.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**9.23.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.24.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.25.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

**9.26.** Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

**9.27.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.28.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.29.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.30.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

**9.31.** Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

**9.32.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. ITEM 01 – Link Dedicado: fornecimento de link dedicado de internet corporativa, ou serviços de conectividade corporativa com características compatíveis de transmissão de dados e acesso dedicado à internet;

9.32.1.2. ITEM 02 – Internet Fibra Óptica: fornecimento de serviços de acesso à internet via fibra óptica corporativa, ou serviços de conectividade corporativa com fornecimento de internet banda larga em fibra óptica;

9.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de

comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.33.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**9.34.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

**9.35.** A licitante deverá apresentar comprovação de autorização válida expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), compatível com o objeto da contratação, nos termos da regulamentação vigente.

9.35.1 A autorização expedida pela ANATEL deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual, constituindo obrigação da CONTRATADA manter sua regularidade regulatória perante a agência competente.

9.35.2 A suspensão, caducidade, cassação ou perda da autorização necessária à prestação dos serviços objeto da contratação poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

**9.36.** Declaração formal da empresa licitante, assinada por seu representante legal, que possui infraestrutura técnica, equipamentos, suporte operacional e equipe técnica aptos à prestação do serviço em regime contínuo, incluindo atendimento técnico compatível com os níveis de serviço exigidos no Termo de Referência.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

**9.37.** Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.38.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.39.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.40.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.41.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

**9.42.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

- 9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ R\$ 18.950,69 (Dezoito mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e nove centavos), sendo R\$ 14.733,27 (quatorze mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e sete centavos) para o item 01 e R\$ 4.217,42 (quatro mil, duzentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos) para o item 02, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CAU/GO de 2026

**11.2** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1 Elemento de despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.020 - Despesas com Telecomunicações

**11.3** Para o exercício posterior, as despesas correrão na conta correspondente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Goiânia, na data da assinatura.

Flávio Oliveira Soares  
Gerente de Administração e Recursos Humanos

Aprovação pelo ordenador de despesas ou a autoridade competente:

Simone Buiate Brandão  
Presidente  
CAU/GO

## ANEXO I INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

### 1. Finalidade

**1.1** O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem por finalidade aferir o desempenho da CONTRATADA quanto à qualidade, disponibilidade, continuidade e suporte técnico dos serviços prestados, constituindo mecanismo de avaliação objetiva da execução contratual, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

### 2. Critérios Gerais de Avaliação

**2.1** A avaliação do desempenho será realizada mensalmente pelo fiscal do contrato, com base nos registros de monitoramento, relatórios operacionais, sistema de chamados técnicos, protocolos de atendimento e demais evidências documentais relacionadas à execução dos serviços.

**2.2** O resultado do IMR corresponderá à soma ponderada dos indicadores de desempenho, observados os pesos estabelecidos neste instrumento, podendo ensejar glosa no pagamento mensal, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

**2.3** A nota final do IMR será apurada em escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos**, observados os seguintes indicadores e pesos:

Indicador	Peso
-----------	------

Disponibilidade Mensal do Serviço (SLA)	50%
Atendimento e Solução de Chamados Técnicos	35%
Disponibilização de Relatórios e Monitoramento	15%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

### 3. Indicadores de Desempenho

#### 3.1. Indicador 1 – Disponibilidade Mensal do Serviço (SLA)

**Objetivo:** Garantir a continuidade e estabilidade da conectividade institucional.

**Critério de medição:** Será aferido o percentual mensal de disponibilidade do serviço, calculado com base no tempo efetivo de funcionamento do link, descontados os períodos de indisponibilidade imputáveis à CONTRATADA.

**Meta mínima exigida:** Disponibilidade mensal mínima de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento).

**Forma de aferição:** Relatórios emitidos pelo portal da CONTRATADA, registros de chamados e validação pela fiscalização do contrato.

**Peso do indicador:** 50%.

Resultado apurado	Pontuação
≥ 99,5%	100 pontos
99,0% a 99,49%	80 pontos
98,0% a 98,99%	50 pontos
< 98,0%	0 pontos

#### 3.2. Indicador 2 – Atendimento e Solução de Chamados Técnicos

**Objetivo:** Garantir tempestividade na resolução de incidentes e indisponibilidades.

**Critério de medição:** Será aferido o percentual de chamados atendidos dentro dos prazos contratuais.

**Metas mínimas:**

- início do atendimento técnico em até 45 (quarenta e cinco) minutos após abertura do chamado;
- solução da ocorrência em até 4 (quatro) horas, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela fiscalização contratual.

**Forma de aferição:** Relatórios do sistema de chamados técnicos, contendo data e horário da abertura, início do atendimento, encerramento da ocorrência e número de protocolo.

**Peso do indicador:** 35%.

Percentual de chamados atendidos no prazo	Pontuação
≥ 95%	100 pontos
90% a 94,99%	80 pontos
80% a 89,99%	50 pontos
< 80%	0 pontos

#### 3.3. Indicador 3 – Disponibilização de Relatórios e Monitoramento

**Objetivo:** Garantir transparência, rastreabilidade e efetivo acompanhamento contratual.

**Critério de medição:** Será verificada a disponibilização tempestiva do portal de monitoramento e dos relatórios mensais de desempenho do serviço.

**Meta mínima exigida:** Disponibilização, até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**, dos seguintes elementos:

- índice mensal de disponibilidade do serviço;
- registro das interrupções ocorridas;
- monitoramento de consumo de banda;
- histórico de chamados técnicos e providências adotadas.

**Peso do indicador:** 15%.

Resultado	Pontuação
Relatórios completos e entregues no prazo	100 pontos
Relatórios incompletos ou atraso de até 5 dias úteis	50 pontos
Não disponibilização dos relatórios	0 pontos

#### 4. Apuração da Nota do IMR

4.1 A nota final mensal do IMR será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$NF = (I1 \times 0,50) + (I2 \times 0,35) + (I3 \times 0,15)$$

Onde:

**NF** = Nota Final do IMR;

**I1** = Nota do Indicador de Disponibilidade do Serviço;

**I2** = Nota do Indicador de Atendimento de Chamados;

**I3** = Nota do Indicador de Relatórios e Monitoramento.

#### 5. Reflexos no Pagamento

5.1 A Nota Final do IMR produzirá os seguintes efeitos sobre o pagamento mensal:

Nota Final do IMR	Resultado	Efeito Financeiro
90 a 100 pontos	Adequado	Pagamento integral
80 a 89 pontos	Parcialmente satisfatório	Glosa de 2%
70 a 79 pontos	Insatisfatório	Glosa de 5%
Abaixo de 70 pontos	Crítico	Glosa de 10%, sem prejuízo da apuração de infração contratual

#### 6. Disposições Complementares

**6.1** A aplicação das glosas decorrentes do IMR não afasta a possibilidade de aplicação das penalidades previstas no contrato, especialmente nos casos de reincidência, interrupção reiterada dos serviços, descumprimento do SLA ou inexecução contratual.

**6.2** Não serão considerados, para fins de apuração do IMR, períodos de indisponibilidade decorrentes de caso fortuito, força maior, manutenção programada ou fatos comprovadamente imputáveis à infraestrutura interna do CAU/GO.

Goiânia, na data da assinatura.

(NOME)

Fiscal do contrato



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO SOARES OLIVEIRA, Gerente de Administração e Recursos Humanos**, em 11/06/2026, às 14:32 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE BUIATE BRANDAO, Presidente**, em 11/06/2026, às 15:17 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **E04ED8E5** e informando o identificador **1028908**.



## CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/GO

**Estudo Técnico Preliminar 9/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 00156.000299/2026-76

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação visa suprir a demanda de infraestrutura de conectividade estável, segura e de alta disponibilidade para suportar o funcionamento de sistemas institucionais, serviços em nuvem, videoconferências, acesso remoto via VPN e o tráfego regular de dados administrativos.

Com o vencimento do contrato vigente, e diante da impossibilidade de nova prorrogação, torna-se necessária a abertura de um processo licitatório para a contratação do serviço de conectividade de internet.

A indisponibilidade ou instabilidade da conexão compromete diretamente a continuidade das atividades finalísticas e de suporte, podendo acarretar prejuízos operacionais e institucionais.

Qualquer interrupção desses serviços pode comprometer o cumprimento da missão institucional, conforme estabelecido no presente processo. Portanto, os serviços são classificados como contínuos por serem destinados a atender a necessidade pública de forma permanente e ininterrupta, garantindo o funcionamento da rede da internet com alta disponibilidade.

A solução a ser contratada é classificada como serviço comum, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133 /2021, por apresentar um padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base nas especificações usuais do mercado.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Administração e Recursos Humanos	Flávio Soares Oliveira

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

**4.1** A contratação tem por objeto o fornecimento de solução de conectividade corporativa de internet, com alta disponibilidade, estabilidade, segurança e desempenho, destinada ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do CAU/GO. Os requisitos técnicos e operacionais foram definidos de forma a garantir nível adequado de serviço, continuidade operacional e suporte especializado, observadas as necessidades institucionais do Conselho.

**4.1.1 Local de Prestação dos Serviços**

a) A instalação e prestação dos serviços ocorrerão na sede do CAU/GO, localizada na Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25, 3º andar, Vila Maria José, Goiânia/GO, CEP 74815-465.

#### **4.1.2 Requisitos Técnicos Mínimos**

- a) Garantia de velocidade mínima superior a 100 Mbps;
- b) Disponibilidade mínima mensal do serviço (SLA) de 99,5%;
- c) Fornecimento de, no mínimo, 01 (um) endereço IP fixo válido;
- d) Monitoramento proativo da conexão e suporte técnico especializado em regime 24x7;
- e) Alta capacidade de download destinada à navegação administrativa e utilização dos sistemas corporativos;
- f) Estabilidade compatível com ambiente corporativo e operação contínua;
- g) Disponibilização de suporte técnico com atendimento local ou regional;
- h) Fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço, inclusive roteadores, sem custos adicionais para o CONTRATANTE;
- i) Disponibilização dos equipamentos em regime de comodato, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA sua manutenção corretiva, substituição e atualização tecnológica;
- j) Operação do serviço em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sem limitação de tráfego de dados, restrição de portas lógicas, protocolos ou tipos de serviço;
- k) Garantia de banda compatível com os parâmetros regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- l) Possibilidade de desativação do link a qualquer tempo, mediante solicitação formal do CONTRATANTE;
- m) Possibilidade de alteração do endereço de instalação do ponto de acesso, bem como remanejamento interno do ponto no mesmo endereço, mediante solicitação do CONTRATANTE.

#### **4.1.3 Infraestrutura e Responsabilidades**

- a) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento, instalação, ativação, configuração e manutenção dos equipamentos e infraestrutura necessários à prestação dos serviços.
- b) Compete ao CAU/GO disponibilizar o espaço físico para instalação dos equipamentos (rack) e alimentação elétrica em tensão 220V.

#### **4.1.4 Critérios de Disponibilidade e Inoperância**

- a) Será considerado período de inoperância o intervalo compreendido entre a abertura do chamado técnico junto à CONTRATADA e o efetivo restabelecimento do serviço em condições normais de funcionamento, contabilizado em minutos.
- b) Quando a indisponibilidade decorrer de responsabilidade da CONTRATADA, a contagem do período de inoperância ocorrerá de forma ininterrupta, considerando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todos os dias do ano.
- c) O tempo total de inoperância corresponderá à soma dos períodos de indisponibilidade verificados em cada mês de apuração.

d) O tempo máximo anual de inoperância admitido será de 259 (duzentos e cinquenta e nove) minutos, sob pena de aplicação das sanções e glosas previstas contratualmente.

#### **4.1.5 Requisitos de Suporte Técnico**

O suporte técnico deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Atendimento em regime 24x7x365 para abertura e acompanhamento de chamados técnicos;
- b) Disponibilização de central de atendimento preferencialmente por telefone, facultada a utilização complementar de canais eletrônicos, tais como internet e e-mail;
- c) Atendimento integralmente em língua portuguesa;
- d) Prestação de suporte técnico especializado relacionado à arquitetura, operação, configuração e resolução de incidentes;
- e) Atendimento remoto ou presencial (on-site), conforme a natureza e severidade da ocorrência;
- f) Disponibilização de profissionais tecnicamente capacitados e habilitados para atendimento das demandas;
- g) Prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) minutos para início do atendimento técnico após a abertura do chamado;
- h) Prazo máximo de 04 (quatro) horas para solução da ocorrência, observado o horário comercial, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

#### **4.2 Tratamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

A presente contratação observará o tratamento favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, incluindo, quando cabível, os benefícios relativos à regularização fiscal tardia e ao critério de desempate ficto.

Não obstante, não será adotada exclusividade de participação nem reserva de cota para ME/EPP, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, considerando as especificidades técnicas e operacionais do objeto, bem como as características do mercado de telecomunicações aplicável à presente contratação.

A prestação dos serviços objeto desta contratação envolve serviços de telecomunicações sujeitos à regulamentação e autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, demandando capacidade técnica especializada, infraestrutura de conectividade, atendimento contínuo em regime 24x7, cumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA), suporte técnico especializado e mecanismos de redundância voltados à continuidade da conectividade institucional.

Além disso, a contratação foi estruturada em itens funcionalmente complementares e independentes, destinados à garantia de redundância efetiva da infraestrutura tecnológica do CAU/GO, circunstância que exige elevada confiabilidade operacional, estabilidade na prestação dos serviços e ampla competitividade entre fornecedores aptos à execução satisfatória do objeto.

A pesquisa de mercado realizada pela Administração, incluindo contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e as cotações utilizadas para composição do valor estimado da contratação, demonstrou a existência de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte atuantes no segmento de telecomunicações, inclusive com histórico de execução de objetos correlatos, razão pela qual não se justifica o afastamento dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

Por outro lado, verificou-se que o mercado relevante para prestação de serviços de conectividade corporativa, especialmente aqueles associados à garantia de disponibilidade contínua, níveis mínimos de serviço (SLA), e infraestrutura especializada, é predominantemente composto por empresas de médio e grande porte, frequentemente estruturadas sob a forma de sociedades empresárias de maior capacidade operacional, detentoras de ampla capilaridade de rede e infraestrutura própria ou contratada.

Nesse contexto, embora se assegure a aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 /2006, entendeu-se não ser adequada a adoção de exclusividade de participação ou reserva de cotas para ME /EPP, medida que poderia restringir o universo de fornecedores potencialmente aptos à execução satisfatória do objeto, reduzindo a competitividade e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que a modelagem adotada concilia a observância ao tratamento favorecido legalmente assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte com a necessidade de garantir ampla competitividade, vantajosidade, continuidade dos serviços e adequada execução contratual.

## 5. Levantamento de Mercado

**5.1** Foram analisadas soluções disponíveis no mercado, com base em contratações similares constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando critérios de desempenho, segurança, estabilidade, disponibilidade, custo total de propriedade (TCO) e adequação às necessidades institucionais do CAU/GO:

TIPO	ESPECIFICAÇÃO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	CUSTO TOTAL DE PROPRIEDADE - TCO
<b>Link Dedicado via Fibra Óptica</b>	Conexão exclusiva para o órgão, fornecendo alta velocidade e baixa latência por meio de cabos de fibra óptica.	<p>Segurança: Oferece maior controle sobre os dados trafegados, reduzindo riscos de interceptação.</p> <p>Desempenho: Alta capacidade de transmissão e estabilidade.</p> <p>Confiabilidade: Menor</p>	<p>Custo: Investimento inicial elevado para instalação e infraestrutura.</p> <p>Tempo de Implementação: Pode demandar prazos mais</p>	<p>Custos Iniciais: Elevados, devido à necessidade de infraestrutura específica e instalação de cabos de fibra óptica.</p> <p>Custos Operacionais: Moderados, com despesas mensais estáveis e previsíveis.</p> <p>TCO: Alto no curto prazo; porém, a longo prazo, a</p>

		suscetibilidade a interferências eletromagnéticas.	longos devido à necessidade de obras civis.	relação custo-benefício tende a ser favorável devido à durabilidade e baixa manutenção da infraestrutura.
<b>Link Dedicado via Rádio</b>	Conexão estabelecida por meio de ondas de rádio, dispensando cabeamento físico.	<p>Instalação Rápida: Não requer obras extensivas.</p> <p>Flexibilidade: Adequado para áreas de difícil acesso onde o cabeamento é inviável.</p>	<p>Segurança: Maior vulnerabilidade a interceptações e interferências.</p> <p>Estabilidade: Sujeito a variações climáticas e obstáculos físicos.</p>	<p>Custos Iniciais: Moderados, pois não requerem obras civis extensivas.</p> <p>Custos Operacionais: Variáveis, podendo aumentar devido à necessidade de manutenção frequente e possíveis interferências.</p> <p>TCO: Moderado a alto, considerando possíveis custos adicionais com manutenção e upgrades para garantir estabilidade.</p>
<b>Internet via Satélite (e.g., Starlink)</b>	Conexão fornecida por satélites em órbita terrestre baixa, oferecendo cobertura ampla.	<p>Cobertura: Acessível em regiões remotas sem infraestrutura terrestre.</p> <p>Mobilidade: Possibilidade de realocação dos equipamentos conforme necessário.</p>	<p>Segurança: Preocupações quanto à proteção dos dados; relatos indicam uso sem avaliações de segurança adequadas.</p> <p>Latência: Embora melhor que satélites tradicionais, ainda pode ser superior a conexões terrestres.</p>	<p>Custos Iniciais: Moderados, envolvendo a aquisição de equipamentos específicos.</p> <p>Custos Operacionais: Altos, com taxas mensais significativas e dependência de fornecedores internacionais.</p> <p>TCO: Alto, especialmente devido aos custos</p>



			Velocidade: Baixa, com restrições severas de taxa de transferência.	recorrentes e possíveis taxas cambiais.
<b>Internet Fibra Ótica</b>	Serviços de internet fornecidos por ISPs para o público geral, com largura de banda compartilhada entre múltiplos usuários.	Custo: Menor investimento inicial e mensal.  Disponibilidade: Facilidade de contratação e instalação.	Segurança: Menor controle sobre o tráfego de dados.  Desempenho: Velocidade e estabilidade podem variar conforme o uso da rede por outros clientes.	Custos Iniciais: Baixos, com instalação padrão fornecida pelo provedor.  Custos Operacionais: Baixos a moderados, dependendo do plano contratado.  TCO: Baixo; contudo, a relação custo-benefício pode ser desfavorável devido a limitações em segurança e desempenho.

## 5.2 Resultado da análise

A análise técnica das soluções disponíveis no mercado demonstrou que nenhuma das alternativas, isoladamente, atende de forma plena aos requisitos institucionais de desempenho, disponibilidade, segurança, redundância e economicidade necessários ao CAU/GO.

O Link Dedicado via Fibra Óptica apresenta elevado nível de estabilidade, simetria de tráfego, disponibilidade e segurança, sendo especialmente indicado para serviços críticos e aplicações institucionais que demandam conexão contínua e IP fixo. Contudo, sua utilização exclusiva para todo o tráfego institucional implicaria aumento significativo dos custos da contratação.

Por sua vez, a Internet Convencional em Fibra Óptica oferece elevada capacidade de tráfego com custo reduzido, mostrando-se adequada para navegação geral e atividades administrativas rotineiras. Entretanto, por se tratar de serviço compartilhado, apresenta limitações relacionadas à estabilidade, previsibilidade de desempenho e garantias de disponibilidade.

As demais soluções avaliadas, tais como Link via Rádio e Internet via Satélite, embora apresentem aplicabilidade em cenários específicos, não se mostraram adequadas ao contexto da contratação pretendida, especialmente em razão das limitações relacionadas à estabilidade, segurança, latência e custo operacional.

Dessa forma, conclui-se que a solução mais vantajosa técnica e economicamente consiste na adoção de uma infraestrutura híbrida de conectividade, composta por:

- 01 (um) Link Dedicado, destinado aos serviços críticos que demandam maior estabilidade, simetria de tráfego, IP fixo e garantia de disponibilidade; e
- 01 (uma) conexão Internet Fibra Óptica, destinada ao atendimento do tráfego geral de internet e à ampliação da capacidade de transmissão de dados.

A solução híbrida proporciona melhor relação custo-benefício, uma vez que combina a confiabilidade e estabilidade do link dedicado com a elevada capacidade de tráfego e menor custo operacional da banda larga, garantindo desempenho adequado às necessidades institucionais sem onerar excessivamente a contratação.

Além disso, a contratação de circuitos distintos possibilita a implementação de redundância e contingência operacional, assegurando maior resiliência da infraestrutura de rede e minimizando riscos de indisponibilidade dos serviços de conectividade.

Recomenda-se, ainda, que os serviços sejam contratados junto a fornecedores distintos, de modo a reduzir riscos de falhas simultâneas decorrentes de indisponibilidade de infraestrutura compartilhada.

As consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP estão relacionadas na planilha abaixo:

UNIDADE COMPRADORA	LINK DA CONTRATAÇÃO
929341 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIAS	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3319">https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3319</a>
926774 - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA XII REGIÃO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01759984000151/2025/41">https://pncp.gov.br/app/editais/01759984000151/2025/41</a>
928577 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3072">https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3072</a>
925400 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/02291730000114/2025/108">https://pncp.gov.br/app/editais/02291730000114/2025/108</a>
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/10651417000178/2025/216">https://pncp.gov.br/app/editais/10651417000178/2025/216</a>
17697 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3425">https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3425</a>
926834 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/00237222000122/2025/6">https://pncp.gov.br/app/editais/00237222000122/2025/6</a>
926461 - CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/08024822000114/2024/37">https://pncp.gov.br/app/editais/08024822000114/2024/37</a>

926391 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA GO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01665769000191/2025/26">https://pncp.gov.br/app/editais/01665769000191/2025/26</a>
926391 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA GO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01665769000191/2025/22">https://pncp.gov.br/app/editais/01665769000191/2025/22</a>
926461 - CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/08024822000114/2025/16">https://pncp.gov.br/app/editais/08024822000114/2025/16</a>
451505 - AGENCIA GOIANA DE INFRAEST.E TRANSPORTES/GO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2024/2907">https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2024/2907</a>
080020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/00509968000148/2025/794">https://pncp.gov.br/app/editais/00509968000148/2025/794</a>
11 - CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01650166000116/2026/14">https://pncp.gov.br/app/editais/01650166000116/2026/14</a>

### 5.3 Enquadramento Jurídico da Solução Identificada

A solução pretendida enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 /2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente praticadas no setor de telecomunicações e passíveis de descrição clara e padronizada no instrumento convocatório.

No presente caso, o objeto consiste na contratação de serviços de conectividade de internet, abrangendo link dedicado e conexão por fibra óptica, cujas características técnicas podem ser objetivamente estabelecidas mediante parâmetros mensuráveis e verificáveis, tais como velocidade de conexão, disponibilidade mínima do serviço, níveis mínimos de serviço (SLA), latência, fornecimento de IP fixo, suporte técnico, redundância, tempo de restabelecimento e demais requisitos operacionais de desempenho.

Trata-se, ainda, de serviço amplamente ofertado no mercado nacional por múltiplos fornecedores autorizados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, não demandando metodologia singular de execução, inovação tecnológica exclusiva, solução customizada de natureza predominantemente intelectual ou técnica especializada que inviabilize a comparação objetiva entre propostas.

Desse modo, considerando que os requisitos de desempenho, qualidade e execução podem ser previamente definidos pela Administração mediante especificações técnicas usuais e critérios objetivos de aferição, conclui-se pelo enquadramento do objeto como serviço comum, apto à contratação por meio da modalidade Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do critério de julgamento pelo menor preço mostra-se adequada, considerando a padronização do objeto, a possibilidade de comparação objetiva entre propostas e a existência de ampla competitividade entre fornecedores especializados no segmento de telecomunicações, circunstâncias que favorecem a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A solução consiste na contratação de serviços de comunicação de dados para acesso corporativo à internet, contemplando solução híbrida de conectividade composta por link dedicado e conexão internet fibra óptica, com o objetivo de garantir estabilidade, disponibilidade, redundância e desempenho adequado às atividades institucionais do CAU/GO.

6.1 A contratação compreenderá, no mínimo:

- a. fornecimento de link dedicado de no mínimo 100 Mbps e conexão internet fibra óptica de no mínimo 600 Mbps;
- b. instalação da infraestrutura externa necessária até o ponto de entrada na sede do CAU/GO;
- c. fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos necessários à prestação dos serviços, tais como modems, roteadores e demais acessórios;
- d. configuração, ativação e realização de testes de funcionamento;
- e. suporte técnico contínuo, em regime compatível com a criticidade do serviço;
- f. garantia dos níveis mínimos de desempenho, disponibilidade e qualidade definidos no Termo de Referência.
- g. disponibilização dos serviços em conformidade com as normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

### **Arquitetura da Solução**

6.2 Os links contratados operarão de forma independente e deverão ser compatíveis com a infraestrutura de rede do CAU/GO, possibilitando implementação de mecanismos de balanceamento de carga e failover automático pela CONTRATANTE, de modo a assegurar continuidade dos serviços em caso de indisponibilidade de um dos circuitos.

6.3 A banda contratada deverá corresponder à taxa útil efetivamente disponível para transmissão de dados, não sendo admitida a contabilização de overhead de protocolos ou encapsulamentos para composição da velocidade contratada.

6.4 A conexão física deverá ser realizada integralmente por meio de fibra óptica, compreendendo o trecho entre a infraestrutura da CONTRATADA e as dependências do CAU/GO.

6.5 A CONTRATADA deverá possuir autorização válida da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para prestação dos serviços objeto da contratação.

### **Requisitos do Link Dedicado**

6.6 O serviço de link dedicado deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a. conexão dedicada e simétrica;
- b. banda integralmente garantida durante toda a vigência contratual;
- c. entrega integral em fibra óptica;
- d. fornecimento de, no mínimo, 01 (um) endereço IPv4 público fixo e válido;
- e. disponibilidade mínima conforme SLA definido contratualmente;
- f. garantia de níveis mínimos de desempenho e prazos de reparo compatíveis com serviços críticos;
- g. fornecimento, em comodato, de modem e demais equipamentos necessários à prestação do serviço.
- h. suporte técnico especializado em regime 24x7.

## Requisitos da Fibra Ótica

6.7 O serviço de internet Fibra Ótica deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a) conexão por fibra óptica;
- b) entrega do serviço integralmente em fibra óptica até as dependências da Contratante;
- c) velocidade mínima de download e upload conforme especificação contratada;
- d) disponibilidade e níveis de desempenho compatíveis com serviços corporativos de banda larga;
- e) garantia de níveis mínimos de desempenho e prazos de reparo compatíveis com a necessidade operacional da Contratante;
- f) fornecimento, em comodato, de modem, roteador e demais equipamentos necessários à prestação do serviço;
- g) fornecimento de um IP Público Fixo, e caso a solução utilize CGNAT, deverá ser feito um DNAT para IPs e Portas locais de serviço, solicitados.
- h) suporte técnico e atendimento para registro e tratamento de falhas durante o período de vigência contratual;
- i) serviço com franquia de dados ilimitada, sem redução de velocidade por consumo.

## Parcelamento e Redundância da Solução

6.8 Com o objetivo de garantir efetiva redundância da infraestrutura de conectividade, não será permitida a adjudicação de ambos os grupos a uma mesma empresa. Dessa forma, caso uma licitante seja vencedora do Grupo 1, ficará automaticamente impedida de ser adjudicatária do Grupo 2.

6.8.1 A medida visa assegurar diversidade de fornecedores, independência entre as infraestruturas contratadas e maior resiliência da solução, reduzindo riscos de indisponibilidade simultânea decorrentes de falhas técnicas, interrupções de rede ou incidentes relacionados a um único provedor.

6.8.2 A restrição não impede a participação das licitantes em ambos os grupos, limitando-se apenas à adjudicação simultânea, medida necessária para assegurar redundância efetiva da solução.

6.8.3 Os itens possuem autonomia técnica e funcional, inexistindo prejuízo à execução da solução em razão da adjudicação separada.

6.8.4 A vedação à adjudicação simultânea decorre da necessidade de mitigação do risco de indisponibilidade total do acesso corporativo à internet, constituindo requisito técnico essencial da solução.

## Gerenciamento e Monitoramento do Serviço

6.9 A CONTRATADA deverá disponibilizar portal eletrônico de acompanhamento dos serviços, acessível via internet mediante autenticação por usuário e senha, utilizando protocolo seguro HTTPS.

6.10 O portal deverá permitir a visualização, acompanhamento e emissão de relatórios relativos ao desempenho dos serviços contratados.

6.11 Deverão estar disponíveis, no mínimo, as seguintes informações:

- a) índice mensal de disponibilidade do serviço, contendo demonstração de atingimento ou descumprimento dos níveis mínimos de qualidade estabelecidos contratualmente;

- b) registro das interrupções ocorridas, contendo data, horário de início e término, duração e justificativa;
- c) monitoramento de consumo de banda dos enlaces, contemplando tráfego de entrada e saída, com informações médias e de pico dos últimos 30 (trinta) dias, segregadas por semana e por dia.

### **Instalação, Manutenção e Suporte Técnico**

6.12 A instalação e ativação compreendem a execução da infraestrutura necessária à prestação do serviço de acesso à internet no local indicado pelo CAU/GO, bem como a configuração e ativação dos circuitos de acordo com as especificações técnicas definidas.

6.13 O prazo máximo para instalação e ativação dos serviços será de 10 dias corridos contados da emissão da ordem de serviço.

6.14 A implantação da solução não poderá causar interferência prejudicial às estruturas de comunicação já existentes no Conselho.

6.15 A CONTRATADA deverá prestar serviços de manutenção e suporte técnico durante toda a vigência contratual, incluindo:

- a) restabelecimento de serviços interrompidos ou degradados;
- b) correção de falhas técnicas e problemas de configuração;
- c) esclarecimento de dúvidas relacionadas à utilização e operação dos serviços.

6.16 Os chamados técnicos poderão ser abertos por telefone, e-mail ou sistema eletrônico, devendo o atendimento ocorrer em regime integral, 24x7.

6.17 Após a abertura do chamado, a CONTRATADA deverá fornecer número de protocolo e manter registro detalhado das ocorrências, contendo, no mínimo:

- a. data e horário da solicitação;
- b. identificação do solicitante;
- c. identificação do atendente responsável;
- d. descrição da ocorrência;
- e. providências adotadas.

6.18 A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema eletrônico para acompanhamento online dos chamados técnicos e emissão de relatórios sob demanda.

6.19 Os atendimentos poderão ocorrer de forma remota ou presencial (on-site), conforme a natureza e complexidade da ocorrência.

6.20 Quando necessário atendimento presencial, será considerado como início do atendimento o momento da apresentação do técnico nas dependências do CAU/GO.

6.21 O suporte técnico deverá ser executado por profissionais devidamente capacitados e habilitados para atendimento das demandas relacionadas ao serviço contratado.

### **Outros Requisitos Aplicáveis**

6.22 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:

- a) disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e acessórios necessários à execução contratual, promovendo sua substituição sempre que necessário;
- b) fornecer modems, roteadores e quaisquer outros equipamentos indispensáveis ao funcionamento da solução até a integração com a rede interna do CAU/GO;
- c) providenciar a infraestrutura necessária à entrega do serviço até o ponto de conexão definido pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pelos materiais e instalações adicionais eventualmente necessários;
- d) garantir compatibilidade da solução com a infraestrutura tecnológica atualmente utilizada pelo CAU/GO.

6.23 Não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a baixa complexidade operacional da contratação, a natureza comum do objeto e o reduzido risco financeiro envolvido, além de não envolver dedicação exclusiva de mão de obra.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram definidas com base na análise da demanda institucional, considerando a capacidade operacional necessária ao funcionamento contínuo das atividades do CAU/GO, o quantitativo de usuários simultâneos, os sistemas corporativos utilizados, os serviços em nuvem, as rotinas de videoconferência, transferência de arquivos e o histórico de consumo de banda da rede institucional.

O dimensionamento da solução buscou assegurar desempenho adequado, estabilidade, redundância e continuidade operacional, evitando tanto a subutilização quanto a sobrecarga da infraestrutura de conectividade.

Dessa forma, estima-se a contratação de:

- **01 (um) Link Dedicado de no mínimo 100 Mbps;**
- **01 (uma) conexão Internet Fibra Óptica de no mínimo 600 Mbps.**

A definição do link dedicado de 100 Mbps considerou a necessidade de garantia de estabilidade, baixa latência, disponibilidade e tráfego simétrico para os serviços críticos da instituição, especialmente aqueles que demandam maior confiabilidade e utilização contínua.

Já a conexão de Fibra Óptica de 600 Mbps foi dimensionada para suportar o volume de tráfego administrativo diário, acessos simultâneos à internet, utilização de sistemas corporativos hospedados em nuvem, realização de videoconferências, sincronização de arquivos e execução das rotinas de backup institucional.

Além disso, verificou-se que a velocidade atualmente contratada de Link Dedicado de 30 Mbps não atende de forma satisfatória ao crescimento da demanda operacional do Conselho, especialmente em razão do aumento do número de usuários, da ampliação dos serviços digitais e das políticas de backup adotadas pela instituição, que exigem maior capacidade de transmissão de dados para garantir eficiência, segurança e continuidade dos serviços.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 21.899,85



**8.1.** A estimativa do valor da contratação foi elaborada em observância às boas práticas de planejamento das contratações públicas, considerando a natureza do objeto.

**8.1.1 Fontes de Pesquisa Utilizadas:**

a) Pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, mediante levantamento de contratações similares já realizadas por diversos órgãos e entidades da Administração Pública, conforme demonstrado na planilha abaixo:

UNIDADE COMPRADORA	LINK DA CONTRATAÇÃO	TIPO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
<b>LOTE 01 - LINK DEDICADO DE, NO MÍNIMO, 100 MBPS</b>				
929341 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIAS	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3319">https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3319</a>	Link de Internet Dedicado e Link de dados, com capacidade de 100 Mbps	R\$ 1.750,35	R\$ 21.004,20
928577 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3072">https://pncp.gov.br/app/editais/01409580000138/2025/3072</a>	link dedicado de internet na velocidade de 200 Mbps	R\$ 1.349,00	R\$ 16.188,00
926834 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/00237222000122/2025/6">https://pncp.gov.br/app/editais/00237222000122/2025/6</a>	Acesso a Internet Via Cabo	R\$ 1.471,08	R\$ 17.652,96
1 - CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/77646438000176/2025/1">https://pncp.gov.br/app/editais/77646438000176/2025/1</a>	Fornecimento de Link Dedicado de Internet, (Full Down e Up), com velocidade de 100Mbps e IP fixo	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
<b>MÉDIA</b>			<b>R\$ 1.517,61</b>	<b>R\$ 18.211,29</b>
<b>LOTE 02 - CONEXÃO INTERNET FIBRA ÓPTICA DE, NO MÍNIMO, 600 MBPS</b>				
		PONTO DE ACESSO A		

11 - CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/01650166000116/2026/14">https://pncp.gov.br/app/editais/01650166000116/2026/14</a>	INTERNET VIA FIBRA ÓTICA COM VELOCIDADE DE 600MBPs	R\$ 108,33	R\$ 1.299,96
MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/18239590000175/2026/81">https://pncp.gov.br/app/editais/18239590000175/2026/81</a>	LINK DE INTERNET CONVENCIONAL (URBANO) - 600MBPS - (COM VELOCIDADE DE 600 MBPS DE DOWNLOAD E 300 MBPS UPLOAD)	R\$ 338,88	R\$ 4.066,56
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ - MT	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/03507498000171/2026/20">https://pncp.gov.br/app/editais/03507498000171/2026/20</a>	SERVICO DE INTERNET LINK DE DADOS VIA FIBRA ÓTICA DE 600MBPS - LINK CORPORATIVO ADM	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
MUNICIPIO DE QUARTEL GERAL	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/18296699000144/2025/395">https://pncp.gov.br/app/editais/18296699000144/2025/395</a>	Prestação de serviço de acesso à internet em fibra óptica com velocidades de Download 600Mbps	R\$ 294,95	R\$ 3.539,40
202516 - SECRETARIA DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/07735541000107/2025/45">https://pncp.gov.br/app/editais/07735541000107/2025/45</a>	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO A INTERNET, COM VELOCIDADE DE 600MBPS	R\$ 614,74	R\$ 7.376,88
MÉDIA			R\$ 307,38	R\$ 3.688,56
VALOR TOTAL PARA OS LOTES 01 E 02				R\$ 21.899,85

**8.2.** A pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP identificou contratações similares efetuadas por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, envolvendo serviços de link dedicado de internet e conexão internet fibra óptica, com características técnicas compatíveis ao objeto pretendido.

**8.3** Com base nos parâmetros levantados, a estimativa anual da contratação foi fixada em R\$ 21.899,85 (vinte e um mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrado nas pesquisas de preços acima.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Optou-se pelo parcelamento da solução em 02 (dois) itens independentes, correspondentes ao Link Dedicado e à Internet Fibra Óptica.

O parcelamento da solução mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os serviços possuem características operacionais distintas, podem ser executados de forma autônoma e não apresentam interdependência que inviabilize sua contratação segregada, sem prejuízo da integração da solução de conectividade institucional.

A adoção do parcelamento busca atender, simultaneamente, aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, pelos seguintes fundamentos:

a) Ampliação da competitividade do certame:

A divisão da solução em itens distintos possibilita a participação de diferentes perfis de fornecedores, incluindo operadoras especializadas em links dedicados corporativos e provedores de internet banda larga por fibra óptica, inclusive regionais, ampliando o universo de competidores e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

b) Adequação técnica da solução às necessidades institucionais:

A segmentação da contratação permite direcionar cada tipo de conexão à sua finalidade operacional específica, sendo o link dedicado destinado aos serviços críticos da Autarquia, que demandam maior estabilidade, simetria, SLA e garantia de disponibilidade, enquanto a conexão de internet por fibra óptica atuará como mecanismo de contingência e suporte ao tráfego complementar, contribuindo para o uso mais eficiente dos recursos tecnológicos contratados.

c) Garantia de redundância efetiva e resiliência da infraestrutura de conectividade:

Considerando a criticidade dos serviços institucionais do CAU/GO e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas e finalísticas, a solução foi estruturada para garantir redundância efetiva de conectividade, reduzindo os riscos de indisponibilidade simultânea dos serviços.

Nesse contexto, embora seja facultada às licitantes a participação em ambos os itens, não será permitida a adjudicação simultânea a um mesmo fornecedor, medida adotada com fundamento em motivação eminentemente técnica.

Tal diretriz decorre do entendimento de que a contratação dos dois serviços junto ao mesmo prestador, ainda que ofertados por tecnologias distintas, pode implicar compartilhamento de elementos críticos de infraestrutura, tais como backbone de rede, rotas lógicas ou físicas, pontos de presença (POP), suporte operacional,

equipamentos ou outros componentes essenciais à prestação do serviço, circunstância capaz de comprometer a independência necessária entre as conexões contratadas e reduzir a efetividade da redundância pretendida.

A vedação à adjudicação simultânea busca, portanto, assegurar diversidade de provedores e independência operacional entre as infraestruturas contratadas, mitigando riscos de indisponibilidade decorrentes de falhas sistêmicas, interrupções de rede, incidentes técnicos ou eventos que afetem um único prestador de serviços.

Registra-se que a modelagem adotada não restringe a competitividade do certame, permanecendo assegurada a ampla participação dos licitantes em ambos os itens, sem limitação à apresentação de propostas ou imposição de barreiras diferenciadas de habilitação, restringindo-se a medida exclusivamente ao momento da adjudicação.

Embora se reconheça a possibilidade de estratégias comerciais distintas por parte dos agentes econômicos, eventual opção de participação restrita a determinado item constitui decisão empresarial própria do mercado, não representando, por si só, restrição indevida à competitividade, especialmente diante da motivação técnica demonstrada para a modelagem adotada.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação, aliado à impossibilidade de adjudicação simultânea a um mesmo fornecedor, representa a solução mais adequada para conciliar competitividade, economicidade, continuidade dos serviços institucionais, segurança operacional e efetiva redundância da infraestrutura tecnológica do CAU/GO.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da presente contratação.

A solução pretendida poderá ser implantada utilizando a infraestrutura tecnológica atualmente existente no CAU /GO, especialmente no que se refere ao ambiente de rede, infraestrutura elétrica, rack e cabeamento lógico.

Eventuais adequações pontuais de configuração de rede ou integração com equipamentos já existentes serão de baixa complexidade e poderão ser executadas no âmbito da própria implantação da solução contratada, não caracterizando necessidade de contratação acessória ou vinculada.

A presente contratação possui autonomia funcional e operacional, podendo ser executada independentemente de outras contratações administrativas.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

**11.1** A presente demanda encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente, conforme dados abaixo:

- I. ID PCA no PNCP: 14896563000114-0-000001/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 27/11/2025;
- III. Id do item no PCA: 30;
- IV. Classe/Grupo: 842 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE INTERNET;
- V. Identificador da Futura Contratação: 927126-31/2026;

**11.2** A contratação está alinhada ao planejamento institucional do CAU/GO, integrando as iniciativas voltadas à modernização da infraestrutura tecnológica, transformação digital e melhoria da eficiência operacional,

contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Autarquia relacionados à continuidade dos serviços, segurança, desempenho tecnológico e racionalização do gasto público.

**11.3** A solução pretendida busca assegurar o adequado suporte às atividades finalísticas e administrativas do Conselho, mediante adoção de alternativa que concilie desempenho técnico, economicidade e sustentabilidade contratual, em conformidade com o planejamento global da Administração.

**11.4** A contratação guarda coerência com as diretrizes institucionais de eficiência administrativa e aprimoramento dos recursos tecnológicos, garantindo melhores condições de execução das atividades do CAU/GO.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a contratação da solução de conectividade pretendida, o CAU/GO busca garantir infraestrutura de acesso à internet com elevada disponibilidade, estabilidade, segurança e desempenho, adequada às necessidades institucionais e à continuidade das atividades administrativas e operacionais do Conselho.

A solução híbrida composta por link dedicado e conexão internet fibra óptica permitirá maior resiliência da infraestrutura de rede, reduzindo riscos de indisponibilidade e assegurando continuidade dos serviços digitais utilizados pelo público interno e externo.

Dentre os principais benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

- alta disponibilidade e confiabilidade da conectividade institucional;
- continuidade do acesso aos sistemas corporativos, serviços em nuvem e demais serviços digitais essenciais ao funcionamento do Conselho;
- redução de riscos operacionais decorrentes de falhas ou indisponibilidade de rede;
- melhoria do desempenho dos sistemas institucionais e da experiência de navegação dos usuários;
- aumento da estabilidade da comunicação de dados, com menor latência e melhor qualidade de conexão;
- ampliação da capacidade de tráfego de dados e maior eficiência no gerenciamento da rede;
- garantia de acesso contínuo e ininterrupto à internet para suporte às atividades administrativas e institucionais;
- fortalecimento da infraestrutura tecnológica, tornando os serviços de TI mais resilientes e menos suscetíveis a falhas;
- melhoria na velocidade de comunicação e acesso aos sistemas institucionais;
- suporte adequado ao crescimento da demanda tecnológica do Conselho, possibilitando escalabilidade da solução sem necessidade de alterações estruturais complexas;
- melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários internos e externos;
- aumento da eficiência operacional das atividades desenvolvidas pelo CAU/GO.

Além disso, a utilização de infraestrutura em fibra óptica proporciona maior estabilidade, menor suscetibilidade a interferências e melhor desempenho geral da conectividade, características essenciais para o adequado funcionamento dos serviços institucionais e para a manutenção da produtividade das equipes.

### 13. Providências a serem Adotadas

Previamente à instalação, deverá ser verificada a adequação da infraestrutura interna, especialmente quanto às condições elétricas, de climatização e espaço físico da sala de CPD. A sala de CPD atualmente tem a seguinte infraestrutura:

- Infraestrutura Elétrica: Disponibilidade de tomadas estabilizadas e sistema de UPS (Nobreak) no rack.
- Climatização: Temperatura adequada na sala de CPD para preservação dos ativos de rede.
- Rede Interna: A integração dos novos links ao Firewall/Load Balancer existente será realizada pela equipe técnica interna.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução dos serviços poderá gerar resíduos decorrentes da instalação e manutenção da infraestrutura de conectividade, tais como cabos, conectores, embalagens, equipamentos e demais materiais utilizados na prestação dos serviços.

Dessa forma, a CONTRATADA deverá adotar práticas ambientalmente adequadas, observando as disposições da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente quanto ao gerenciamento, acondicionamento, descarte ambientalmente correto e logística reversa dos materiais e equipamentos utilizados na execução contratual.

A CONTRATADA deverá:

- a. realizar o descarte adequado de resíduos oriundos da instalação, manutenção ou substituição de equipamentos e materiais;
- b. promover, quando aplicável, a logística reversa de equipamentos, componentes eletrônicos e demais materiais utilizados na prestação dos serviços;
- c. adotar medidas destinadas à redução da geração de resíduos e ao uso racional de recursos e insumos;
- d. observar práticas sustentáveis na execução contratual, priorizando, sempre que possível, a utilização de materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental;
- e. evitar desperdícios de materiais, energia e demais recursos empregados na execução dos serviços.

Além dos aspectos ambientais, os serviços deverão observar diretrizes de acessibilidade operacional e padronização da comunicação, devendo:

- a. a documentação técnica, manuais e demais materiais de suporte ser apresentados, preferencialmente, em língua portuguesa (Brasil);
- b. os canais de atendimento e suporte técnico serem disponibilizados em língua portuguesa (Brasil).

A prestação dos serviços deverá observar, ainda, as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como demais normas e boas práticas aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da análise técnica e econômica realizada, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, considerando sua adequação às necessidades institucionais do CAU/GO, a compatibilidade com as práticas adotadas pelo mercado e a observância aos princípios que regem as contratações públicas.

A solução proposta demonstra-se apta a atender às demandas de conectividade institucional com níveis adequados de disponibilidade, estabilidade, segurança e desempenho, assegurando continuidade operacional dos serviços administrativos e tecnológicos do Conselho.

Conclui-se, ainda, que a solução híbrida composta por link dedicado e conexão internet fibra óptica apresenta melhor relação custo-benefício para a Administração, permitindo conciliar desempenho, redundância, segurança e racionalização dos custos operacionais.

A viabilidade da contratação fundamenta-se, especialmente, nos seguintes aspectos:

- a) modernização e fortalecimento da infraestrutura de conectividade do CAU/GO, proporcionando ambiente tecnológico mais robusto, seguro, estável e adequado às necessidades institucionais;
- b) ampliação da disponibilidade e da continuidade dos serviços digitais e sistemas corporativos utilizados pelo Conselho;
- c) melhoria do desempenho da rede institucional e da experiência dos usuários internos e externos;
- d) implementação de solução com redundância operacional, reduzindo riscos de indisponibilidade decorrentes de falhas de conectividade;
- e) vantajosidade econômica demonstrada por meio da análise de mercado e da adoção de solução híbrida, que equilibra desempenho e economicidade;
- f) compatibilidade da solução com os requisitos técnicos e operacionais necessários ao funcionamento das atividades administrativas e institucionais do CAU/GO;
- g) adoção de solução escalável, apta a suportar o crescimento futuro da demanda tecnológica do Conselho.

Dessa forma, verifica-se que a solução proposta atende adequadamente à necessidade identificada, apresentando custos compatíveis com o mercado e riscos administráveis, razão pela qual recomenda-se o prosseguimento da contratação.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FLAVIO SOARES OLIVEIRA**

Gerente de Administração e Recursos Humanos



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 13:17:28.





**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O  
CONSELHO DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DE GOIÁS – CAU/GO E**

.....

O **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS – CAU/GO**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.896.563/0001-14, com sede na Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25, Edifício Concept Office, Vila Maria José, 3º andar, salas 301 a 309, Goiânia/GO, CEP: 74.815-465, representado neste ato por seu(sua) presidente, Simone Buiate Brandão, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX sediado(a) na XXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXX, (Sócio-Administrador ou procurador), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de 01 (um) Link Dedicado de, no mínimo, 100 Mbps e 01 (uma) conexão Internet Fibra Óptica de, no mínimo, 600 Mbps, por meio de duas operadoras de telecomunicações distintas, visando redundância e alta disponibilidade, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

T						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	Link Dedicado de, no mínimo, 100 Mbp, com instalação e fornecimento de equipamento	26484	Mês	12	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
2	Internet Fibra Óptica de, no mínimo, 600 Mbps, com instalação e fornecimento de equipamento	26174	Mês	12	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

T

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação;  
e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE****8.1 São obrigações do CONTRATANTE:**

- 8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.1.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5 demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

T

8.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.12 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.3** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.5** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização



T

do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**9.7** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.8** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

**9.9** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**9.10** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**9.11** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.12** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.13** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

**9.14** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

**9.15** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



T

- 9.16** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.17** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.18** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.19** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.20** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.21** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.22** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.23** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.24** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.25** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.26** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.27** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.28** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

T

**9.29** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.30** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

**10.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7** O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado,

T

com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1 Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

**13.3** O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.4** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.5** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.6** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 Das indenizações e multas.

**13.7** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**13.8** O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**13.9** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**13.10** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.11** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.4** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**14.5** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CAU/GO de 2026.

**15.2** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.2.1 Elemento de despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.020 - Despesas com Telecomunicações.

**15.3** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do plano de ação e orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiás, Seção Judiciária de Goiânia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Goiânia/GO, na data da última assinatura.

Simone Buiate Brandão

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás**

CONTRATANTE



T

(nome do representante)

(razão social da **CONTRATADA**)

Representante legal da CONTRATADA

MINUTA